

Bridgetown
Initiative



**INICIATIVA
BRIDGETOWN SOBRE
A REFORMA DO
DESENVOLVIMENTO
INTERNACIONAL E
ARQUITETURA DO
FINANCIAMENTO
CLIMÁTICO**

Versão 3.0

“Estamos vivendo numa era de extremos numa Terra escaldada. Para ter qualquer chance de reverter essa trajetória, precisamos construir um sistema financeiro global mais responsivo, justo e inclusivo, que combata as desigualdades, financie a transição climática e acelere o cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.”

- H.E. Mia Amor Mottley, Primeira-Ministra de Barbados

O SISTEMA ECONÔMICO E FINANCEIRO GLOBAL SEGUE FALHANDO.

É uma questão para profunda preocupação que, num momento em que o mundo está projetado para alcançar apenas 15% dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que as condições predominantes forcem os governos dos países mais pobres a dedicarem mais recursos para ressarcir dívidas do que à combinação dos valores dedicados à saúde, educação e infraestrutura. **Como resultado, nos últimos quatro anos, 165 milhões de pessoas se encontram na pobreza;** uma em cada dez pessoas vive agora com menos de US\$ 2 por dia.

Em 2023, **a temperatura média global próxima da superfície foi 1,45°C acima do patamar pré-industrial** e as temperaturas médias **ultrapassaram temporariamente o limiar crítico de 1,5°C. Além disso, o ano de 2024 está se tornando o mais quente registrada na história.** Os impactos resultantes desse processo são especialmente devastadores nos países vulneráveis ao clima, que abrigam 4,5 bilhões de pessoas, sendo que metade delas vivem na pobreza. **Isso não pode mais ser ignorado. Essa questão deve ser abordada. As vozes dos povos exigem atenção e inclusão imediatas.**

Mexer nas margens de um sistema fragmentado é como reorganizar as cadeiras do Titanic. **É hora de agir com solidariedade em relação às pessoas e o planeta.**

Lançada em 2022, **a iniciativa bridgetown tem ajudado a liderar uma mudança de paradigma no discurso sobre a escala dos fluxos de capital e a reformulação do sistema financeiro visando alcançar os ods e estimular a ações contra mudanças climáticas.** Há uma ampla convergência nos princípios dessa iniciativa, incluindo a Agenda Accra-Marrakech da CVF-V20 e os princípios da Estrutura Global de Financiamento Climático. **A Iniciativa Bridgetown não é um diálogo sobre números, mas uma agenda que busca promover vida dignas para bilhões de pessoas ao redor do mundo.**

Alguns progressos foram feitos. O Fundo Monetário Internacional (FMI) criou o Fundo de Resiliência e Sustentabilidade (RST). O G20 comprometeu-se a redirecionar mais de US\$ 100 bilhões em Direitos Especiais de Saque (DES). Um Fundo de Perdas e Danos foi lançado na COP28, com compromissos iniciais de US\$ 700 milhões.

Os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs) estão cada vez mais apoiando trocas de dívidas. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Mundial e outros credores do setor oficial estão incluindo cláusulas sobre desastres naturais em uma série de acordos de empréstimos novos e já existentes. O Banco Asiático de Desenvolvimento desbloqueou US\$ 100 bilhões de financiamento adicional através de reformas em sua Estrutura de Adequação de Capital. O Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) está aumentando seus empréstimos ao levantar capital híbrido de investidores privados.

O Banco Mundial comprometeu-se a triplicar sua capacidade de garantia através da Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (MIGA), e outros provedores de garantias estão ampliando as ofertas em moeda local. Soluções de cobertura de risco cambial e facilidades de encaminhamento para projetos em estágio inicial estão sendo anunciadas, com apoio de fundos filantrópicos conjuntos. Ministros das Finanças sob a Presidência do G20 do Brasil comprometeram-se a explorar formas de taxar os super-ricos.

AINDA ASSIM, ESSAS INICIATIVAS FICAM IMENSAMENTE AQUÉM DO NECESSÁRIO.

Ainda há muito a ser feito. Os esforços globais que visam facilitar a reestruturação de dívidas insustentáveis têm se mostrado lentos, reativos e insuficientes. Embora as reformas dos Bancos de Desenvolvimento Multilaterais tenham ganhado impulso, estamos muito distantes dos US\$ 500 bilhões por ano em empréstimos adicionais oficiais que o mundo precisa para enfrentar a crise climática e alcançar os ODS. Embora os fluxos de financiamento climático do setor privado estejam crescendo, isso está acontecendo, em grande parte, em economias desenvolvidas, voltado para mitigação.

Muito mais precisa ser feito para alinhar o capital privado às imperativas do desenvolvimento sustentável, especialmente para a natureza e adaptação. Uma governança mais equitativa das Instituições Financeiras Internacionais continua a ser indefinida. Apesar do progresso para expandir o apoio à liquidez, as altas taxas de juros, combinadas com o vencimento da dívida, criaram uma avalanche de serviço da dívida insustentável para os próximos três anos. Ao invés de impulsionar uma transição verde e justa, nosso sistema comercial corre o risco de ser subvertido por tensões geopolíticas sobre o controle de recursos críticos para a transição energética.

Países vulneráveis de baixa e média renda, incluindo pequenos estados insulares em desenvolvimento, **sentem as implicações disso de forma aguda.** Não podemos nos dar ao luxo de escolher entre enfrentar o desenvolvimento ou o clima; são duas faces da mesma moeda.

Um adicional de **US\$ 1,8 trilhão por ano é necessário para enfrentar a crise climática e os investimentos relacionados à natureza em mercados emergentes e países em desenvolvimento (EMDEs), e US\$ 1,2 trilhão por ano para alcançar os ODS.** Há a expectativa de que cerca de US\$ 950 bilhões da lacuna de financiamento climático e ambiental seja compensada através de fontes domésticas; os US\$ 850 bilhões restantes devem vir de fontes externas. **Não é exagero afirmar que o nível de financiamento disponibilizado, ao qual os países terão acesso e em quais termos, são questões de sobrevivência para milhões de pessoas e para o bem-estar de nosso planeta.**

O compromisso dos países em desenvolvimento de estabelecer marcos políticos que **preservem a sustentabilidade da dívida**, enquanto definem e implementam planos robustos para promover um desenvolvimento socialmente inclusivo, equitativo, resiliente ao clima e ambientalmente sustentável, deve ser apoiado. Esse apoio deve ser concretizado por meio de assistência oficial ao desenvolvimento e **financiamento ao desenvolvimento em uma escala suficiente para permitir estratégias de transformação estrutural de propriedade dos países, e colocá-las no topo da cadeia de valores.**

Para alcançar essa façanha, **precisamos de financiamento em termos acessíveis. Isso permitiria que os países tivessem maior espaço fiscal para investir em seu futuro.** Precisamos **investir em Bens Públicos Globais (BPGs)** — incluindo adaptação e mitigação das mudanças climáticas, remediação de fragilidade e conflitos, prevenção e preparação para pandemias, acesso à energia, segurança alimentar e nutricional, saúde do solo, segurança e acesso à água, digitalização, proteção da biodiversidade e da natureza—reconhecendo que nossas sociedades e economias estão profundamente interligadas.

Devemos buscar novas fontes de financiamento, incluindo regimes fiscais internacionais que apoiem a transição energética, a ação de adaptação e as perdas e danos. Isso inclui contribuições de setores que mais se beneficiam da globalização, aqueles com as maiores emissões de carbono e gases de efeito estufa, e aqueles que menos contribuem para a tributação. **Precisamos de um mercado de seguros viável**, como condição prévia para que governos, empresas e indivíduos possam investir em ativos, sejam em termos de infraestruturas ou residenciais.

I. PRECISAMOS MUDAR AS REGRAS DO JOGO

1. Convocamos as **instituições financeiras internacionais** a darem uma voz mais forte aos países em desenvolvimento **na sua governança e tomada de decisão.**
2. Convocamos o G20 a reformar **o Quadro Comum, que fica imensamente aquém de atender às necessidades dos países devedores de forma oportuna**, incluindo **a prevenção da inadimplência dos países por meio de medidas proativas e, em casos de inadimplência**, garantindo que todas as classes de credores cumpram de maneira acelerada, transparente, equitativa e dentro de um prazo determinado. **O alívio da dívida deve ser suficientemente robusto para garantir que os países possam financiar seus objetivos de desenvolvimento e climáticos.**
3. Convocamos o **FMI/Banco Mundial a reformar as metodologias de previsão de crescimento** que alimentam suas Análises de Sustentabilidade da Dívida (DSA), incluindo: 1 - melhor ponderação sobre os investimentos em adaptação, energia limpa e capital natural como possíveis impulsionadores do crescimento de longo prazo e da resiliência aprimorada; 2 - identificação e promoção de mix de financiamentos sustentáveis (isto é, incluindo dívida barata e de longo prazo, e subsídios no caso de países de baixa renda) que apoiem o cumprimento dos objetivos de desenvolvimento e clima de maneira fiscalmente sólida e menos propensa a contribuir para o rompimento de limites críticos da DSA; 3 - propiciar transparência em seus modelos atualizados de previsão de crescimento.
4. Além dessas reformas, apelamos às **Agências de Classificação de Crédito** para trabalharem proativamente no aumento da transparência e consistência de suas metodologias, a fim de tornar os resultados das classificações mais previsíveis para os participantes do mercado e emissores.
5. Convocamos o **Banco Mundial e outros provedores de financiamento a incluir a vulnerabilidade climática, o capital natural e as necessidades de conservação da biodiversidade em seus critérios para a alocação de financiamento de concessão**, abordando a desigualdade de muitos países que são classificados como inelegíveis apenas com base na renda per capita (Renda Nacional Bruta) .
6. Convocamos **um regime de comércio multilateral que apoie uma transição verde e justa**, incluindo a garantia de que os mecanismos de ajuste de fronteira de carbono não penalizem injustamente os países em desenvolvimento. **Convocamos os países para recuperarem um diálogo construtivo** no estabelecimento de um **mecanismo de precificação de carbono universal e desenvolver mercados de carbono de alta integridade.**

II. PRECISAMOS TORNAR AS ECONOMIAS À PROVA DE CHOQUE

7.

Convocamos o **FMI para que aumente a capacidade dos países em investir na resiliência**, incluindo a **recanalização dos DSE através dos bancos multilaterais de desenvolvimento**. Convocamos o **FMI e seus acionistas para que entrem em acordo sobre uma nova emissão de pelo menos 650 mil milhões de dólares em DSE para expandir o balanço patrimonial de MDBs para apoiar SDGs e intervenções climáticas**.

8.

Convocamos o **FMI para que reduza o custo dos empréstimos**, dessa forma facilitando o acesso ao Mecanismo de Resiliência e Sustentabilidade (RSF) numa base autónoma e ampliando o período de reembolso do Mecanismo Alargado do Fundo para corresponder ao RSF.

9.

Expandir a **preparação para catástrofes** e fornecer **apoio imediato em termos de liquidez e uma maior margem de manobra a todos os países vulneráveis ao clima na sequência de uma catástrofe climática**:

- a. Convocamos o FMI para que **reconstitua o Fundo de Contenção e Alívio de Catástrofes** e ampliar seus critérios de elegibilidade; e **ampliar o financiamento para “grandes catástrofes naturais do Mecanismo de Crédito Rápido e do Instrumento de Financiamento Rápido** para ajudar os países a responder aos choques climáticos.
- b. Convocamos o **Banco Mundial para que crie um mecanismo universal de financiamento contingente universal disponível para todos os países vulneráveis em condições de concessão**.
- c. Convocamos todos os devedores e **credores públicos e privados para que introduzam cláusulas relativas às catástrofes naturais e a evitar o uso de pagamentos únicos** em todos os instrumentos de empréstimo.
- d. Convocamos **Banco Mundial para que alargue as cláusulas relativas às catástrofes naturais a todos os países vulneráveis ao clima e países vulneráveis às alterações climáticas** e a expandir o âmbito de aplicação para incluir crises alimentares e sanitárias.
- e. Convocamos os doadores bilaterais para que ajudem a **expandir e aprofundar os mercados de seguros, incluindo a capitalização de grupos de risco regionais** para ativos-chave em países vulneráveis, e que prestem maior apoio aos países na avaliação dos riscos climáticos e ferramentas para gerenciar essas questões.

III. DEVEMOS AMPLIAR DRAMATICAMENTE O FINANCIAMENTO PARA SDGS E AÇÕES NO ÂMBITO CLIMÁTICO

- 10.** Convocamos os novos e os atuais países doadores para que reforcem a AID21 em, pelo menos, 120 mil milhões de dólares e triplicar a AID até 2030.
- 11.** Convocamos também aos países doadores para que reconstituam e reforcem os fundos verticais de financiamento do clima existentes, incluindo o Fundo Verde para o Clima (GCF), visando proporcionar o financiamento catalisador necessário para desbloquear o investimento na atenuação e adaptação.
- 12.** Convocamos os BMDs para que desenvolvam um plano que disponibilize 300b milhões de dólares por ano financiado a longo prazo (30-50 anos) para os ODS, bem como para a adaptação, e ampliação dos critérios utilizados para a atribuição de financiamento em concessão de modo a incluir a vulnerabilidade climática.
- 13.** Convocamos o BMD para que implementem plenamente as recomendações do Quadro de Adequação de Capital do G20 (CAF) visando aumentar e melhorar significativamente a concessão de empréstimos. Convocamos os acionistas dos BMD para que iniciem novos aumentos gerais de capital para garantir que os BMD possam prestar o apoio contínuo aos países em desenvolvimento visando atingir os seus objetivos de desenvolvimento e os objetivos climáticos.
- 14.** Convocamos os BMD, às IFD e aos fundos climáticos para que ajudem a mobilizar pelo menos 500 mil milhões de dólares por ano de capital privado para a ação climática e os ODS - tanto capital internacional e nacional, incluindo através de:
- Aumento e aprimoramento da preparação dos projetos e a participação nas fases iniciais visando criar um fluxo constante de projetos no qual se possa investir.
 - Desenvolvimento, ampliação e reprodução de mecanismos eficazes de compartilhamento de riscos e de melhoria do crédito, incluindo garantias e outros instrumentos de financiamento misto.
 - Aprofundamento dos mercados de capitais locais, aumento dos empréstimos em moeda local e redução do risco,
 - Estabelecer parcerias com a filantropia, especialmente para desenvolver e ampliar os modelos empresariais de modelos empresariais de adaptação de fronteira de vanguarda e capacitar a base de competências necessárias para implementar a transição.
 - Inovar soluções sólidas para o desafio crescente dos ativos não seguráveis e a monetização dos custos evitados.

15.

Conclamamos novas fontes de financiamento progressivo para financiar Bens Públicos Globais (BPGs) e perdas e danos, incluindo por meio de:

- a. **Um imposto internacional taxando os super-ricos.**
- b. **A reestruturação de subsídios prejudiciais.**
- c. **Tributação dos lucros extraordinários das empresas de combustíveis fósseis e implementação de uma taxa de emissões em setores de difícil redução, como aviação e transporte marítimo, juntamente com transações financeiras internacionais** apoiadas por uma **Convenção Fiscal abrangente da ONU** para criar um fórum de negociações fiscais verdadeiramente inclusivo.
- d. Um **Pacto Global** para os BPGs, financiado por filantropia.

16.

Convocamos os países desenvolvidos para **capitalizarem de forma significativa e operacionalizarem efetivamente o Fundo de Perdas e Danos e cumprirem o compromisso de aumentar o financiamento internacional da biodiversidade para pelo menos US\$ 30 bilhões** por ano até 2030.

Será imperativo considerar os progressos registrados em momentos-chave e questões cruciais nos próximos 18 meses. **Torna-se fundamental prosseguir com as questões que constam nesta agenda. A incapacidade de prosseguir com essa agenda de forma tangível até o final de 2025 resultará em custos impensáveis para as vidas, as formas de subsistência e para nosso planeta.**

É nossa a responsabilidade construir um mundo de dignidade para todos no planeta a que nós denominamos como “casa”.

PODEMOS E DEVEMOS FAZER MELHOR.